

FACULDADE LABORO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E GESTÃO DA
ASSISTENCIA SOCIAL

EMANUELLE CHRYSTINE SALES PASSOS

**EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA NO BRASIL: UMA REFLEXÃO SOBRE OS
DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA
ESCOLA**

São Luís - MA
2019

EMANUELLE CHRYSTINE SALES PASSOS

**EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA NO BRASIL: UMA REFLEXÃO SOBRE OS
DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA
ESCOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Especialização em Políticas Públicas e
Gestão da Assistência Social, da Faculdade Laboro,
para obtenção do título de Especialista.

Orientador(a): Prof.(a). Ana Nery Rodrigues.

São Luís - MA
2019

Passos, Emanuelle Chrystine Sales

Educação como política pública no Brasil: uma reflexão sobre os desafios e possibilidades de inserção do assistente social na escola / Emanuelle Chrystine Sales
Passos -. São Luís, 2019.

Impresso por computador (fotocópia)

21 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Pós-graduação em Políticas Públicas e Gestão da Assistência Social) Faculdade LABORO. -. 2019.

Orientadora: Profa. Ma. Ana Nery Rodrigues

1. Assistente Social. 2. Política Pública. 3. Inserção. 4. Questão Social. I. Título.

CDU: 364.022

EMANUELLE CHRYSTINE SALES PASSOS

**EDUCAÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA NO BRASIL: UMA REFLEXÃO SOBRE OS
DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA
ESCOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Curso de Especialização em Políticas Públicas e
Gestão da Assistência Social, da Faculdade Laboro,
para obtenção do título de Especialista.

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Ma. Ana Nery Rodrigues dos Santos

Examinador 1

Examinador 2

TEDUCAÇÃO COMO POLÍTICA PÚBLICA NO BRASIL: UMA REFLEXÃO SOBRE OS DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ESCOLA

EMANUELLE CHRYSTINE SALES PASSOS¹

RESUMO

O presente artigo propõe uma discussão relacionada a atuação do assistente social na educação, tem como proposta principal abordar os desafios e possibilidades de inserção desse profissional no âmbito escolar frente as demandas expostas para essa política, visto se tratar de um espaço de constante expressões da questão social. Uma vez que exista demandas nesse espaço sócio ocupacional torna-se necessário o trabalho do assistente social, onde sua atuação irá contribuir no desenvolvimento da política educacional. Para desenvolver a discussão, fez-se uma pesquisa bibliográfica a partir de estudos já publicados que permitiu base teórica, na intenção de traçar as principais contribuições do assistente social na garantia do direito a educação. Com base nisso, a pesquisa se inicia com um breve histórico da política educacional no brasil, demonstrando os acontecimentos educacionais contextualizados na perspectiva social, política, cultural e econômica, assim como a LDB na democratização da educação. Logo depois, aborda-se o percurso histórico do Serviço Social na educação, em seguida levanta-se uma ampla compreensão sobre os desafios e possibilidades da inserção dos assistentes sociais na educação propondo uma reflexão sobre esses profissionais que enfrentam barreiras no seu cotidiano e que precisam construir uma intervenção qualificada pautadas nas legislações favoráveis a categoria, no intuito de mediar as demandas expostas que são as expressões da questão social que se torna vigente no âmbito escolar. A partir do estudo, conclui-se que diante a conjuntura atual faz-se necessário a intervenção profissional do assistente social por ter em sua formação um caráter teórico metodológico, técnico-operativo e seu direcionamento ético político, assim possuem base para atuar junto a outros profissionais na área educacional, elaborando propostas frente as demandas expostas, uma luta constante que precisa ser dada a atenção necessária pois será um profissional que muito terá a contribuir no desenvolvimento educacional no Brasil.

Palavras-chave: Assistente Social; Política Pública; Inserção; Questão Social.

¹ Especialização em Políticas Públicas e Gestão da Assistência Social pela Faculdade Laboro, 2019.

ABSTRACT

This article work proposes a discussion related to the role of the social worker in education, whose main proposal is to talk about the challenges and possibilities of insertion of this professional in the school context facing the demands related to this policy, since it is a space of constant expressions of the social issues. Once there are demands in this space it is necessary the work of the social worker, where his work will contribute to the development of educational policy. In order to develop the discussion, a bibliographical research was carried out based upon previously published studies that allowed a theoretical basis, in order to draw the main contributions of the social worker in guaranteeing the right to education. Based on this, the research begins with a brief history of educational policy in Brazil, showing the educational events contextualized in the social, political, cultural and economic perspective, as well as the LDB in the democratization of education. After that, it is discussed the historical course of Social Work in education. Then it is opened an understanding about the challenges and possibilities of the insertion of social workers in education, proposing a reflection on those professionals who face barriers in their daily life and who need to build a qualified intervention based on advantageous legislation to the category, in order to mediate the demands expressed that are the expressions of the social question that becomes valid in the school context. From the study, it is concluded that in view of the current conjuncture it is necessary the professional intervention of the social worker for having in its formation a theoretical methodological, technical-operational and its ethical political direction, so they have the basis to act together with others Professionals in the educational area, elaborating proposals facing the demands exposed, a constant struggle that needs to be given the necessary attention because it will be a professional that will have much to contribute in the educational development in Brazil.

Keywords: Social Worker; Public policy; Insertion; Social issues.

1 INTRODUÇÃO

A Política Educacional Brasileira configura-se em um processo de lutas e conquistas ao longo dos anos e que hoje torna-se um grande desafio, reflexão e ansiedade a todos os profissionais inseridos nesse processo. A Educação é uma Política Pública constitucionalizada, responsável pelo desenvolvimento crítico do indivíduo ao meio em que vive.

Assim, faz-se necessário a contribuição de profissionais competentes que juntos irão somar na confirmação da política da educação. O presente artigo desenvolve uma reflexão sobre a proposta em discutir, Educação como política Pública no Brasil: Uma reflexão sobre os desafios e Possibilidades de inserção do Assistente Social na Escola.

Analisar as possibilidades de intervenção do assistente social no ambiente escolar torna-se importante por ser um espaço proposto e de execução de Políticas Públicas, programas e projetos, aonde esse profissional está capacitado para compreender e demonstrar que a educação é fundamental para promover as pessoas sua dignidade e transformá-la em um sujeito e atuante na sociedade. A discussão por essa inserção aperfeiçoa-se e se consolida com a construção do projeto ético político da profissão, que solicita a materialização de uma atuação profissional no âmbito educacional, voltada para a emancipação e garantia de direitos dos sujeitos envolvidos.

Partindo do entendimento o estudo tem como objetivos: Mostrar o processo de construção da Política Educacional, é necessário entender como surgiu e como se desenvolveu o processo histórico, social e político até os dias atuais assim como entender a lei de diretrizes e bases na democratização da educação. E assim, compreender a história do Serviço Social bem como os desafios e possibilidades da inserção do assistente social na educação pública, direcionando numa possível intervenção pautadas nas legislações pertinentes a categoria.

O artigo está fundamentado em pesquisa de cunho bibliográfico por meio de revisão de leitura, onde foram utilizados materiais como: livros, consultas em sites especializados (scielo), artigos científicos, documentos oficiais e dentre outros materiais. Assim trata-se de uma pesquisa qualitativa que nos permiti analisar o campo de inserção do assistente social no contexto educacional.

Breve Histórico sobre a Política da Educação

A política educacional no Brasil está estritamente relacionada ao contexto sócio-político, cultural e econômico capitalista de uma determinada época. Sendo assim, o ponto de partida da história das instituições escolares brasileira nos permite a compreensão e elaboração dessas políticas públicas educacionais partindo da origem até os dias atuais.

O primeiro momento associa-se a história dos europeus em 1500 em colonizar os nativos da região onde negam toda a sua tradição cultural. Partindo desse momento entende-se a trajetória da educação do período colonial até os dias atuais. Segundo Farias e Vieira.

Em 1549, o primeiro governador geral, Tomé de Sousa, desembarca em Salvador, sede de um imenso e desconhecido território colonial, acompanhado por quatro padres e dois irmãos jesuítas, chefiados por Manoel da Nobrega. São eles os nossos primeiros educadores (2011, p.42).

Assim, a história da educação ficou na responsabilidade dos jesuítas, eram os únicos educadores de profissão que tinham o suporte real na colônia, onde o seu principal objetivo era difundir a fé católica, desenvolver a catequese e trabalhos educativos, para essa companhia o fator rodeava em torno do ponto de vista econômico afim de tornar os índios submisso para sua mão-de-obra (FARIAS e VIEIRA,2011).

No ano 1759, diante de as circunstâncias os jesuítas foram expulsos, sobre o mandato de Sebastião José de Carvalho e Meio, o Marques de Pombal, representante de Portugal (RIBEIRO, 2001)

Após a expulsão dos jesuítas, segundo a história, o principal objetivo do Marques de Pombal era formar escolas para servir os interesses do Estado (1760-1808).

Os professores eram vigiados quanto a forma de livros abordados nas escolas e teriam que pedir licença para exercer tal função. A reforma pombalina desenvolveu as “Aulas Régias” (Latim, grego e Retórica), conteúdos diversificados, foi instituído o “subsídio literário”, imposto destinado a manutenção dos ensinos primários e médio. Segundo Ribeiro (2001, p.35) “fica evidenciado que as Reformas Pombalinas visavam provocar algumas mudanças no Brasil, com o objetivo de adaptá-lo, enquanto colônia, a nova ordem pretendida em Portugal”.

No período joanino, a educação continuou tendo importância secundária, com a vinda da família real para o Brasil, onde permitiu uma ruptura com a situação anterior, foram abertos portos que permitiu aos brasileiros a exportação, são criados Academias e Cursos, “Todos visam atender a formação de médicos e cirurgiões para o Exército e a Marinha” (RIBEIRO, 2001, p.41).

O período imperial é marcado pelo processo de independência do Brasil, “ É a partir do império que o país começa a reconhecer a importância da instituição escolar” (FARIAS e VIEIRA, 2011, p.65). Observa-se que nesse momento histórico existiu a busca por uma identidade afim de terem uma direção de padrões culturais próprios. O momento é marcado pela primeira constituição brasileira. Todavia, mesmo com essa garantia de acesso conquistada na época da independência, as melhorias na educação não aconteceram haja vista o contexto de escravidão, o alto índice de analfabetismo e a falta de escolas para grande parte da sociedade.

Nos anos de 1889- 1936 vivencia-se a educação na ordem republicana, momento marcado por novas promessas de reformas escolares, nesse sentido:

[...] percebe-se a influência positivista. Era a forma de tentar implantar e difundir tais ideias através da educação escolarizada, já que, politicamente, tal corrente de pensamento sofre um declínio de influência a partir de 1890 (RIBEIRO, 2001, p.73).

Seguindo nesse pensamento, a proposta de educação era separar a forma de ensino em duas categorias primária e secundária. “No nível superior afetou o ensino politécnico, o de direito, o de medicina e o militar” (RIBEIRO, 2001 p.73).

Todas as reformas feitas nesse momento histórico relacionados a educação foi extremamente de cunho a formação intelectual dos indivíduos. “ Na verdade, o que ocorreu foi o acréscimo de matérias científicas às tradicionais, tornando o ensino enciclopédico” (RIBEIRO, 2001 p.74). E mais uma vez as consequências foram diferentes relacionados ao objetivo inicial, os danos causados nessa grande luta de formar o indivíduo em intelectual.

Em 1937 vivencia-se o Estado Novo liderado por Getúlio Vargas, Farias e Vieira caracteriza “[...]contexto dos anos Vargas repercutem sobre o campo educacional, caracterizando-se por dois traços fundamentais: centralização e autoritarismo. (2011, p.107).

Ainda nesse contexto histórico em 1962 é criado o Plano Nacional de Educação PNE e o Programa Nacional de Alfabetização, pelo Ministério da Educação e Cultura, inspirado no Método Paulo Freire.

Pós Nova República, o país vive o período do regime militar. O ensino encontrava-se privatizado, sendo convertido a fins excepcionalmente lucrativo, por outro lado a escola pública baixa o seu rendimento a qualidade como consequência a designação às classes populares. [...] o regime militar significa uma clara inflexão na política existente. Sob a égide da ditadura militar, novos instrumentos legais orientam o país. (FARIAS e VIEIRA.2011, p.146-147).

Com o fim do regime militar, vivencia-se o período em que ocorreram significativas manifestações estudantis em defesa da democracia política brasileira. Essa década é marcada pela luta política contra hegemônica, que resistia à ideia de fazer da Educação mais um setor privilegiado do mercado internacional. É nesse período que o Brasil vivencia o processo de elaboração da Constituição de 1988, contemplando na carta Constitucional a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola. Jesus e Torres (2009).

É publicada a Constituição Federal de 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, foi um marco para a construção de um Estado democrático, visando a garantia e direitos essenciais do povo brasileiro são regularizados com a missão de disseminar os papéis sociais. Através de sua representação política, o Estado garante no artigo 226, inciso 8º, a segurança a família através de mecanismos que combatem a violência. O Estado assegurará a assistência a família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações (BRASIL,1998).

O sistema educacional regular na atualidade é constituído com a educação básica, que é formada pela educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e a educação superior. No Brasil, as leis que regem esse atual sistema educacional são a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), instituída pela lei nº 9394 de 1996 da Constituição Federal de 1988. A LDB tem a finalidade de estabelecer a educação de maneira organizada e definir de forma regulamentada o sistema educacional brasileiro, com bases e princípios conforme a constituição. Essa lei é nacional de educação, que

especifica os níveis e modalidade de ensino, que regulamenta suas bases de estrutura e seu funcionamento, abrangendo os aspectos da organização da educação, onde são envolvidos os interesses e interferindo nas instituições públicas e privadas.

Com essa Lei, as mudanças proporcionam políticas que orientam o sistema educacional de forma geral e importantes definições na educação básica do Brasil.

Os artigos 1 e 2 da LDB abrangem o termo educação, onde educação não se diz ser ensinada só na escola, e sim em todos os espaços que houver aprendizado.

Artigo 1º A Educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Artigo 2º A Educação, dever da Família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Lei nº 9.394/96 art. 1º e 2º).

Com isso, entende-se que na educação houve um avanço com a implementação da LDB, onde o reconhecimento do educador, do educando, da humanização é valorizado, o quanto é importante a família no contexto educacional.

Para se dá andamento a reforma educacional, é necessário implantar tudo que a lei rege, isso significa que a LDB está longe de tudo o que se precisa para essa reforma ser colocado em vigor, muitas diretrizes nem se quer foram efetivadas, às poucas suas propostas foram de transformando, e muitos dos artigos foram considerados sem sentido.

Portanto, educação até hoje passa por lutas e conquistas, para que todas as pessoas tenham o acesso ao conhecimento, possibilidade e autonomia de participar efetivamente das políticas e continuarem assim a lutar por igualdade de direitos. Atualmente a educação, em termos de Brasil, pode ser tratada como uma política social que deve ter como compromisso fundamental a garantia dos direitos do cidadão.

A LDB e a Democratização de Educação

A LDB reconhece o direito à educação e à liberdade de ensino enquanto instrumento de promoção e desenvolvimento individual, sendo o Estado o responsável pela garantia de educação a todos. Esta lei, sem dúvida alguma, desencadeou alterações significativas para o ensino brasileiro, pois, além de incluir crianças e adolescentes que

até então estavam excluídas do acesso ao ensino público, reconhece que o sistema escolar não está dissociado do contexto econômico e político do país (BRASIL, 1996).

De forma articulada à discussão da democratização escolar, está fundamentada na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96) e no PNE – o respaldo para a implementação de processos de gestão nos sistemas de ensino e, particularmente, nas unidades escolares.

...a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) também se encarrega de estabelecer alguns princípios para a gestão democrática. Dentre estes princípios, estão a participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; e a participação das comunidades escolares e locais em conselhos escolares ou equivalentes. Além disso, a LDB também sinaliza (no Art. 3º) que o ensino será ministrado com base em diversos princípios e, entre eles, encontra-se a “gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino” (GRACINDO, 2007, p. 12).

A gestão democrática e participativa está prevista pela Constituição Federal brasileira de 1988 (CF, 1988) e pela LDB 9394/94, que trazem artigos específicos sobre essa questão. Acerca da gestão escolar democrática e participativa, Paro afirma que:

[...] quando uso este termo, estou preocupado, no limite, com a participação nas decisões. Isto não elimina, obviamente, a participação na execução; mas também, não a tem como fim, e sim como meio, quando necessário, para a participação propriamente dita, que é a partilha do poder, a participação na tomada de decisões (PARO, 1996, p. 16).

A gestão democrática escolar é entendida como a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar, pais, professores, estudantes e funcionários na organização, na construção e na avaliação dos projetos pedagógicos, na administração dos recursos da escola, enfim, nos processos decisórios da escola. Portanto, tendo mostrado as semelhanças e diferenças da organização do trabalho pedagógico em relação a outras instituições sociais, enfocamos os mecanismos pelos quais se pode construir e consolidar um projeto de gestão democrática na escola (PERFEITO, 2013).

História do Serviço Social na Educação Pública

O Serviço Social tem suas origens na América Latina, firmando-se sobre bases e influências europeias, tendo um acentuado desenvolvimento capitalista, com pauta no processo de industrialização e, com ele, a miserabilidade, o crescimento urbano caótico, as migrações, possibilitando um espaço fértil para a proliferação desses profissionais (CASTRO, 2000).

A história da institucionalização do Serviço Social, de modo geral, revela que os primeiros profissionais basicamente estiveram a serviço do Estado e de algumas organizações ligadas à Igreja Católica, sendo que, em ambos os casos, sob uma perspectiva assistencialista, fundamentada pelo caráter de ajuda e caridade ao próximo (IAMAMOTO; CARVALHO, 2005).

É uma profissão que surgiu no Brasil na década de 1930, e desde então vêm ampliando sua atuação nas diversas áreas, buscando seu reconhecimento como um profissional atuante nas políticas públicas.

A inclusão do Serviço Social na área da educação surgiu no Brasil, de acordo com dados oficiais e regulamentados por Lei, os Estados pioneiros foram Pernambuco em 1949 e Rio de Janeiro em 1956. O caráter pioneiro do Serviço Social Escolar teve origem no Brasil a partir da sua incorporação ao Regulamento do Ensino Primário da SE/PEC (Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco) em 1949 (SOUZA, 2002).

A educação é um dos segmentos que o Serviço Social tem conquistado, e seu compromisso baseia-se na sua defesa como direito que todo cidadão possui de acordo com os princípios fundamentais de nossa Constituição Federal, como também na valorização do trabalho socioeducativo aplicado em suas atividades diárias como profissional. Assistência Social, saúde, educação, habitação, etc., como um direito do cidadão e não como um favor ou simples ajuda (SOARES, 2003).

Um dos desafios das escolas na atualidade é realizar uma articulação do conteúdo escolar trabalhado com a realidade social dos alunos, considerando seus direitos e deveres preconizados na Constituição Federal de 1988 (CF), Lei no 8069 de 13/07/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei no 9394 de 20/12/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996).

No Brasil, foi aprovado pela Comissão de Constituição, o projeto de lei 3688/2000, conhecido como PL Educação, dispõe sobre a Introdução de Assistentes Sociais nas escolas da rede pública de ensino do Estado. A referida Lei tem como objetivo o acompanhamento social nas escolas públicas estaduais, vinculadas a programas de atenção aos alunos com necessidades especiais e aos jovens em situação de vulnerabilidade social (FARIA;SOUZA, 2010).

Através de análises da realidade escolar considerando aspectos sociais, econômicos e culturais, o assistente social indica alternativas de equacionamento de situações apresentadas junto à equipe de profissionais. Considerando o conjunto de relações sociais estabelecidas em nossa sociedade, bem como sua estruturação, a atuação profissional se aproxima mais da realidade e apreende os rebatimentos da questão social neste contexto (VALADÃO, 1997).

A atuação do Serviço Social na instituição escolar terá como grande desafio, o trabalho interdisciplinar, além de atuar nas várias facetas sociais cotidianas que estão expressas tanto nas relações externas, como a família e a sociedade, quanto nas relações internas que compõem o espaço educacional (NOVAIS, 2001).

Diante das perspectivas apresentadas, nota-se que a inserção do assistente social no contexto da educação contempla múltiplas atribuições, as quais, na maior parte dos casos, relacionam-se com a necessidade de buscar soluções para as diversas manifestações da questão social que perpassam o âmbito educacional.

DESAFIOS E POSSIBILIDADES DE INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ESCOLA

O contexto educacional é considerado como um dos mais complexos processos que envolve as relações sociais, pois há um predomínio das desigualdades sociais, econômicas e culturais. Nesse sentido uma vez que exista demandas nesse espaço torna-se necessário o trabalho do Assistente Social, a atuação desse profissional na educação poderá contribuir no desenvolvimento da política educacional. Se tratando da realidade atual do Assistente Social, Iamamoto afirma que:

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. Enfim ser um profissional propositivo e não só executivo. (2008, p. 20).

Assim, é necessário pensar no Assistente Social como um contribuinte para o desenvolvimento das relações sociais, hoje sendo considerado como um dos profissionais que implementam políticas sociais, mas precisamente políticas públicas.

Assim, [...] Diante de novos cenários o fazer profissional necessita de uma nova posição, e por consequência essa nova posição precisa ser abstraída e concretizada. Os postos-chave para a ação passam pelo âmbito da interdisciplinaridade, da intersectorialidade e da produção de conhecimento (SCHNEIDER, HERMANDORENA. 2012.p. 8)

Em 2012 o CFESS/CRESS construiu um documento juntamente com outras instituições a fim de especificar a educação e a contribuição do Serviço Social:

Um espaço privilegiado para enriquecimento de gênero humano. Assim, na perspectiva de fortalecimento do projeto ético-político, o trabalho do/a assistente social na Política de Educação pressupõe a referência a uma concepção de educação emancipatória, que possibilite aos indivíduos sociais o desenvolvimento de suas potencialidades e capacidades como gênero humano. (CFESS/CRESS 2012).

Nesse sentido, os Assistentes Sociais inseridos nesse processo precisam considerar a profissão como uma porta de novas oportunidades, e ver a educação além da Política Educacional, utilizar novos conhecimentos sempre atuando nas políticas públicas, ter as expressões da questão social como sua ferramenta de trabalho. Se fazer presente principalmente no processo de emancipação do sujeito, pautada em uma prática pedagógica e não apenas como uma nova área de intervenção.

Assim, o Assistente Social tem a missão de desvendar no seu cotidiano profissional, enfrentando as demandas impostas, considerando a natureza política da profissão cuja função é a luta pela conquista da cidadania por meio da defesa intransigente dos direitos sociais, conforme afirma um dos princípios do Código de Ética Profissional “ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas a garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras” (MARTINS, 1999).

Em 2000, é produzido o Parecer Jurídico de nº23/2000, elaborado por membros do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) que instituiu a implantação do Serviço Social nas escolas de ensino fundamental e médio que terá como base as leis instrutivas de estratégias educativas por uma educação de qualidade, vinculando este as leis vigentes, através da criação dos pareceres e projetos de lei para regulamentação nas instâncias do poder municipal e estadual (CFESS/CRESS 2012).

Em 2006 essa comissão de trabalho de Serviço Social se constituiu e de 2008-2012 reuniu-se com regularidade sistematizando, gerindo e acompanhando as leis e projetos de lei acerca do Serviço Social no âmbito da Educação nas esferas municipal, estadual e nacional, ampliando os significados operacionais da atuação do assistente social na ordem da educação (CFESS/CRESS 2012).

[...] a articulação, mobilização e participação nos debates estaduais e regionais a partir do documento “ Subsídios para o Debate sobre o Serviço Social na Educação” como atividades preparatórias para Seminário Nacional de Serviço Social na Educação; sistematização de relatórios dos debates estaduais e regionais para subsidiar o processo de construção dos materiais elaborados pelo GT(Grupo de Trabalho); atualização do levantamento sobre as legislações municipais, estaduais e federal, já implementadas ou em tramitação, que tratam de inserção de assistentes sociais na Política de Educação; realização do Seminário Nacional de Serviço Social na Educação, nos dias 4 e 5 de junho, em Maceió (AL), que contou com a participação de 1.100 pessoas (ALMEIDA, 2011-2014,p. 10).

Assim, após importantes orientações, discussões, a caminho do Serviço Social em relação a Educação, foi criado um documento com levantamentos de material bibliográfico para ser base no Subsídio para o debate sobre Serviço Social na Educação.

O documento “Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação” tem a finalidade de, a partir do acúmulo teórico e político da categoria construído, em especial nas duas últimas décadas sobre a inserção do Serviço Social na educação, contribuir para o aprofundamento da reflexão sobre uma concepção de educação corrente com o projeto ético-político profissional que, por sua vez, oriente o debate das particularidades do trabalho do/a assistente social nesta política pública, assim como as ações profissionais no sentido de fortalecer as lutas sociais em defesa de uma educação emancipadora. (CFESS, 2012. P.8).

Esse documento tem como finalidade demonstrar as experiências profissionais existentes e promover a reflexão sobre o Serviço Social na educação. Assim como

mostrar as a qualificação do profissional nesta política, expor as produções teóricas sobre a política social de educação e sobre as particularidades da inserção do Serviço Social.

O Trabalho desenvolvido pelo Assistente Social no âmbito educacional vem evoluindo e ocupando diversas áreas, que se dá desde a educação inicial até a graduação superior, Piana expõe algumas:

[...]Centros Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental, nos conselhos municipais de educação, na assessoria e elaboração dos planos municipais e estaduais de educação, nos projetos de educação não formal, nas universidades através de estágios curricular, projetos de extensão universitária e a inserção do jovem de baixa renda, no ensino superior e nas equipes interdisciplinares através da formação continuada dos profissionais da educação, ou seja, no campo da educação enquanto política social e como dimensão da vida social. (2009, p.193-194).

Logo percebe-se o quanto está amplo e diversificada o espaço sócio ocupacional para o Assistente Social na Educação, assim torna-se relevante abordar e alencar os desafios e possibilidades enfrentados por esses profissionais em legitimar sua inserção na Educação.

O cenário da política educacional tem revelado um grande desafio à profissão, conforme aponta Piana (2009, p.141-142) aos assistentes sociais apresenta-se a necessidade de engajar-se nas instituições escolares, de elaborar e de implementar projetos de integração dos aspectos sociais e educacionais vividos pelos destinatários dessa política social, de inserir-se profundamente na dinâmica do conhecimento pedagógico e de suas legislações que marcaram a construção de políticas educacionais nesse país.

O assistente social que está inserido no ambiente escolar não desempenha funções que substituem os profissionais da educação como o educador, o pedagogo, o coordenador pedagógico, o gestor, a Lei de Diretriz e Bases da Educação evidência as ações dos professores, assim como a Lei que de Regulamentação da profissão de Serviço Social estabelece as atribuições e competências desse profissional, o objetivo do assistente social é somar dentro dessa equipe multidisciplinar e através das suas habilidades e competências desenvolver na política ações capazes de promover a inclusão, onde vai se fazer necessário esforços de todos os profissionais atuante dentro

do ambiente escolar para que venha contribuir na construção do conhecimento dessas pessoas.

Na realidade contemporânea os desafios sociais a serem combatidos pelos Assistentes Sociais na educação, “[...] baixo rendimento escolar, evasão escolar, desinteresse pelo aprendizado, problemas com disciplinas, insubordinação a qualquer limite ou regra escolar, vulnerabilidade às drogas, atitudes e comportamentos agressivos e violentos” (CFESS, 2001, p. 23)

Dessa maneira, se torna um desafio para o profissional, visto as demandas expostas em encontrar propostas de intervenção. [...]faz-se necessário que o assistente social, ciente de seu trabalho na instituição educacional, reflita toda essa realidade existente, afim de conhecer as forças políticas existentes, os interesses escusos, interrogue-se a serviço de quem a escola e o ensino então, qual o tipo de escola está sendo desenhado no cenário brasileiro e assim construa uma intervenção pautada na garantia de direitos àqueles que são rechaçados pelo ideário neoliberal. (PIANA,2009, p.161-162)

Outros grandes desafios estão expostos para atuação do assistente social na educação, como: A importância de trazer a família para o desenvolvimento da educação do indivíduo. A família se torna peça fundamental nesse processo, pois os problemas sociais enfrentados no ambiente familiar, drogas, miséria, gravidez na adolescência, alcoolismo, violência, trabalho infantil, relações intrafamiliares conflituosas, dentre outros, interferi no processo educacional do aluno. Pois é diante das demandas que são produzidas socialmente que o trabalho do a Serviço Social se torna estratégico no âmbito escolar.

Segundo Santos (2005, p.44), acredita-se que uma das maiores contribuições que o Serviço Social pode fazer na área educacional é a aproximação da família no contexto escolar. É intervindo na família, através do trabalho de grupos com pais, que se mostra a importância da relação escola-aluno-família.

O Serviço Social no âmbito educacional tem a possibilidade de contribuir com a realização de diagnósticos sociais, indicando possíveis alternativas à problemática social, vivida por muitas crianças e adolescentes, o que refletirá na melhoria das suas condições de enfrentamento da vida escolar (CAMILO; CORDEIRO 2005).

Segundo Yamamoto (2008, p. 21). As possibilidades estão dadas na realidade, mas não são automaticamente transformadas em alternativas profissionais. Cabe aos profissionais apropriarem-se dessas possibilidades e, como sujeitos, desenvolvê-las transformando-as em projetos e frentes de trabalho.

Assim,

As contribuições do Serviço Social consiste em identificar os fatores sociais, culturais e econômicos que determinam os processos que mais afligem o campo educacional no atual contexto, tais como :evasão escolar, o baixo rendimento escolar, atitudes e comportamento agressivos, de riscos, etc. Estas constituem-se em questões de grande complexidade e que precisam necessariamente de intervenção conjunta, seja por diferentes profissionais (Educadores, Assistentes Sociais, Psicólogos, dentre outros), pela família e dirigentes governamentais, possibilitando conseqüentemente uma ação mais efetiva.(CFESS, 2001, p. 12).

Com toda sua formação ética e com seus posicionamentos críticos o profissional possui seu percurso na efetivação de direitos, assim colaborar na execução de uma educação emancipatória e universal.

Como já foi mencionado a escola é um espaço de contradições sociais, limites, possibilidades, realização e avaliação de projetos educativos, tem assim a necessidade de organizar seu trabalho pedagógico com base em seus alunos. Torna-se fundamental associarmos a escola como um espaço da rede de proteção social.

Assim, pode-se considerar que o assistente social muito tem a contribuir no sucesso da gestão escolar, para fortalecer essa questão é necessário evidenciar a importância do profissional na efetivação das demandas impostas no ambiente escolar uma delas é a efetivação do projeto político e pedagógico. Juntamente com os demais profissionais, o assistente social vai mostrar que o projeto político-pedagógico vai muito além que um simples conjunto de planos de ensino e de atividades. O projeto não é algo que é criado e logo depois arquivado ou enviado às autoridades educacionais, apenas como forma para justificar o cumprimento de tarefas burocráticas. O projeto Político e Pedagógico é construído e desenvolvido em todos os momentos da vida escolar, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola (VEIGA, 2002).

Com base essa luta, cabe ressaltar a conquista resultado das inúmeras discussões e encontros, teve com resultado o projeto de lei PL 3.688/2000 e nº 837/2005, diz no artigo 1º. O poder Público deverá assegurar atendimento por Psicólogos e

Assistentes Sociais a alunos das escolas públicas de educação básica que dele necessitarem (BRASIL, 2000).

Dessa forma, devemos enfatizar a compreensão sobre a importância da presença do Assistente Social na política de educação, tendo entendido a educação como Política Social que tem a responsabilidade de garantir os direitos sociais, a educação precisa ser vista sempre para o desenvolvimento crítico, emancipação e transformação do sujeito a qual está inserido. Se torna relevante também destacar os desafios desses profissionais em legitimar sua inserção no ambiente educacional, por ter em sua formação um caráter teórico metodológico, técnico-operativo e seu direcionamento ético político, assim possuem base para atuar juntos a outros profissionais na área educacional, elaborando propostas frente as demandas expostas, uma luta constante que precisa ser dada a atenção necessária pois será um profissional que muito terá a contribuir no desenvolvimento educacional público no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que foi discutido até aqui pretendeu-se fazer discussões e reflexões em torno da importância da garantia e acesso à educação e principalmente sobre os desafios e possibilidades de atuação do Assistente Social dentro da escola.

Com base no processo que foi utilizado para desenvolver este trabalho, foi identificado inúmeras limitações impostas à Política de Educação na atual sociedade brasileira. Tais limitações foram construídas e reforçadas em diferentes conjunturas históricas que marcaram o processo de construção da concepção de educação no Brasil. Essas concepções impactaram negativamente na condução que a educação teve no decorrer da historicidade brasileira, passando a priorizar uma formação acrítica.

Deve-se evidenciar a importância do Serviço Social dentro da educação para atuar de forma interdisciplinar a fim de esclarecer a comunidade seus direitos na busca da efetivação das políticas sociais, de forma que toda a rede esteja interligada, pois assim podemos conseguir ir além de uma educação forte a efetivação dos direitos de cada cidadão em uma sociedade mais justa, uma vez que o futuro só pode ser construído e modificado com a força da comunidade.

Portanto, o Assistente Social no ambiente escolar, irá desenvolver a função de interlocutor junto a sociedade de forma geral, no enfrentamento da questão social. Cabe salientar que o compromisso desse profissional junto aos alunos é o de mediar direitos sociais. Sendo a educação um direito, assim um campo cheio de possibilidades para desenvolver seu trabalho juntos na relação estudantes, famílias e com os profissionais que atuam nesta área.

Durante todo o estudo que foi desenvolvido de cunho bibliográfico, só confirmou a necessidade de ter presente um assistente social nas escolas tornando-se relevante a sua presença. Na política educacional, a inserção do assistente social não é caracterizada de forma emergente e sim uma proposta viável. Com isso o presente artigo propõe ampliar o debate sobre a temática que educar é um processo amplo e complexo, que ultrapassa os muros escolares e necessita de estudos mais aprofundados sobre a efetivação do Assistente Social no campo da educação, já que sem dúvida, ao serem inseridos no espaço da educação, os assistentes sociais têm que mostrar suas ferramentas necessárias para o desenvolvimento da cidadania o mesmo visa a emancipação dos indivíduos, cidadãos autores de sua própria história.

A possibilidade para a contribuição do assistente social na educação é muito extensa, diversificada e importante, somente precisa ser melhor compreendida entre a própria categoria e ampliar esse espaço tão rico, que consolida direitos, articula políticas públicas para a inserção, permanência, exercício da cidadania, participação, democratização, acesso as redes, construção de uma nova ordem societária, superando as contradições, levando informações, conhecer a realidade, identificar demandas e propor estratégias.

Conclui-se que o trabalho do Assistente Social na área da educação não tem o reconhecimento legal em muitos lugares, embora seja necessário para intervenção juntos a população, sendo que o profissional também é habilitado para atuar nessa realidade, pois possui capacitação teórica, metodológica para intervir nas diversas expressões da questão social tendo como objetivo assegurar os direitos das crianças e dos adolescentes, através de uma aproximação multidisciplinar realizado entre a equipe de profissionais que compõe o espaço escolar.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney L. T. Org. **Subsídios para atuação de assistentes sociais na política de educação**. Rio de Janeiro: Assessoria de Comunicação CFESS/CFESS-CRESS, 2011-2014. Disponível em: <http://cfess.org.br/arquivos/subsidios-servico-social-na-educacao.pdf>. Acesso em 24 marco.2019.

BRASIL. LEI nº 9.394, de 20/12/1996 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em: 23 marco.2019.

BRASIL. **Estatística do século XX**. Rio de Janeiro: IBGE,2003. Disponível em :< <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv37312.pdf>>. Acesso em 23 marco 2019.

BRASIL, Lei nº 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Senado Federa, 2000.

CAMILO, Lindsay Susan; CORDEIRO, Priscila Tatiane. **A atuação do Assistente Social nas escolas Municipais de Franca pós- 1996, Franca**. (Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de História, Direito e Serviço Social, UNESP, Campus de Franca, para a obtenção de título de Assistente Social). 2005.

CASTRO, Manuel Manrique. **História do Serviço Social na América Latina**. Tradução José Paulo Netto e Balkys Villalobos. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CFESS. **Serviço Social na Educação**. Grupo de estudos sobre o Serviço Social na Educação. Brasília: DF, 2001.

CFESS/CRESS. Subsídios para a atuação de assistentes sociais na Política de Educação. Brasília, 2012.

FARIA, Elir Lopes de; SOUZA, Valdecina de Freitas. **O serviço social e o sistema público de ensino em Uberlândia: um estudo sobre esta realidade**. 2010. Disponível

em:<http://catolicaonline.com.br/revistadacatolica2/artigosv3n5/artigo19.pdf> . Acesso em: 25 março 2019.

FARIAS, Isabel Maria Sabino de. VIEIRA, Sofia Lerche. **Política Educacional no Brasil: introdução histórica**. 3ª ed. Brasília, 2011.

IAMAMOTO, M. V. CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 15. ed. São Paulo, Cortez, 2008.

JESUS, Sônia Meire S. A. de Jesus; TORRES, Lianna de Melo. Educação e Movimentos sociais: tensões e aprendizagens. In FREITAS, Anamaria G. Bueno de; SOBRAL, Maria Neide. História e Memória: o curso de Pedagogia da Universidade Federal de Sergipe. (1968-2008). São Cristóvão: Editora UFS, 2009.

MARTINS, E. B. C. O. Serviço Social na área da Educação. Revista Serviço Social & Realidade, FRANÇA, v. 8 n. 1. 1999.

NOVAIS, L. C. C. et al. **Serviço Social na educação: uma inserção possível e necessária**. Brasília, set. 2001.

PARO, Vitor H. **Gestão democrática da escola pública**. Ática 2002

PERFEITO, Ana Jayra dos Santos. **A democratização da escola e a desconcentração administrativa mediante a eleição de diretores**. Tutor: Prof. Dr. Morales Co-orientadora: Drª. Maria Dulcicleide Braga Leite Tesis académica en Educación – Curso de Maestría en Ciências de la Educación – UTIC, 2013.

PIANA, Maria Cristina. Serviço Social: olhares que se entrecruzam. **Serviço Social & Realidade**, França, v.18, n.2, p. 182-206, 2009. Disponível em :<http://www.cress-mg.rg.br/arquivos/servico_social_e_educacao.pdf. > . Acesso em 01 abril 2019.

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**, [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233 p. ISBN 978-85-7983-038-9. Available. Disponível em:< <http://static.scielo.org/scielobooks/vwc8g/pdf/piana-9788579830389.pdf>>. Acesso em 01 abril 2019.

RIBEIRO, Maria Luísa Santos. **História da Educação Brasileira: A Organização Escolar**. 17^oed.rev. e ampl.-Campinas,SP,2001.-(Coleção memórias da educação).

SANTOS, A. M. “Escola e Serviço Social: juntos no enfrentamento da exclusão social”. **Revista Virtual Partes**. V. 12, n. 02, p. 17, 2009. Disponível em: <http://www.partes.com.br/educacao/contextobrasileiro.asp> .Acesso em: 29 marco 2019.

SCHNEIDER, Glaucia. HERNANDORENA, Maria do Carmo. Serviço Social na Educação: Perspectivas e Possibilidades. Porto Alegre:CMC, 2012.

SOARES, Nanci. **As relações mãe- creche – criança: relações afetivas**. 1. ed. 1998. Série Serviço Social, v. 1. 2003.

SOUZA, Paulo Nathanael P. SILVA, Eurípedes Brito. **Como Entender e Aplicar a nova LDB: Lei nº 9.394/96**. São Paulo; Pioneira, 2002.

VALADÃO, Claudia Regina; SANTOS, Regina de Fátima Mendes dos. **Família e escola: visando seus discursos**. Franca. 1997.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto, Político-pedagógico da escola: Uma construção possível, 14^a Edição Papyrus, 2002. Disponível em: < <http://pep.ifsp.edu.br/wp-content/uploads/2015/01/PPP-uma-constru%C3%A7%C3%A3o-coletiva.pdf> > acesso em: 05 de abril 2019.